

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE CANDIBA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS

CALDAS, Ana Marta da Silveira - UNEB¹

PEREIRA, Joice Karine Fernandes Silva - IFB²

RESUMO

O presente trabalho discute a realidade educacional de surdos, no município de Candiba, interior da Bahia, que pelo fato de não frequentarem a escola no município onde residem, e devido a pouca divulgação da língua de sinais, acaba não sendo vistos pela sociedade. O estudo considera o histórico educacional de cada um deles, bem como o conhecimento de Libras, relacionamento familiar e social, e as políticas educacionais em voga, a fim de sugerir propostas ao problema. A pesquisa, do tipo qualitativa descritiva, foi desenvolvida com estudo teórico e pesquisa de campo, e como método de coleta foi usada a entrevista. Participaram do estudo, quatro surdos, seus pais, e duas ex-professoras destes alunos. Dentre os teóricos que referenciaram a pesquisa estão Stumpf (2008), Skliar (1997) e Faria-Nascimento (2002). O estudo aponta para a necessidade de inserção do surdo no ambiente escolar, ainda que em município vizinho, para que possam ter contato frequente com outros surdos, e conseqüentemente, com a língua de sinais e sua cultura. Sugere ainda a criação de iniciativas que venham divulgar a língua de sinais no município objetivando maior visibilidade e desenvolvimento do sujeito surdo e da sua cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Surdo; Educação; Candiba

Introdução

O presente artigo mostra o resultado de um estudo realizado com quatro surdos, no ano de 2012, no município de Candiba³, interior da Bahia. São surdos que possuem quase a mesma faixa etária, conhecem a Libras em níveis diferentes de contato e uso da língua, e também estão em diferentes etapas de escolaridade, mesmo já tendo frequentado a escola juntos. E apesar de residirem em um município pequeno, há pouco contato entre eles.

O estudo tem por objetivo conhecer e analisar o histórico educacional destes surdos, bem como a atual realidade do grupo, visando propor medidas que possibilitem a educação escolar dos mesmos.

¹Graduada em Língua e Literatura Inglesa pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus VI, Caetitê – BA. Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Atua como professora de Libras no Atendimento Educacional especializado – AEE, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, SEC.

² Professora orientadora. Pedagoga, Especialista em Língua Brasileira de Sinais - Libras e Educação Especial. Atualmente é professora de surdos, na Sala de Recursos Multifuncionais, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia – SEC, e professora de Libras e da área pedagógica no Instituto Federal Baiano – Campus Guanambi.

³ O município de Candiba está localizado no interior da Bahia, no sentido sudoeste, ao norte do Estado de Minas Gerais, a 800km da capital, Salvador.

A pesquisa do tipo qualitativa descritiva, que de acordo Bertucci (2008, p. 51) partem de uma situação problema e então são coletados dados para análise e proposição de alternativas, envolveu estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Como método de coleta foram realizadas entrevistas, que aconteceram entre os meses de fevereiro e março de 2012. Foram entrevistados os surdos e também pessoas que estão envolvidas, ou participaram desse processo histórico no município, como os pais, e duas ex-professoras.

O critério usado para a escolha destes quatro surdos deve-se ao fato deles terem a mesma faixa etária, ter frequentado a escola juntos, e manter contato entre eles.. Faz-se necessário traçar um perfil dos surdos participantes da pesquisa, a fim de delinear algumas informações sobre cada um deles, necessárias para a compreensão do texto, para perceber o que há em comum entre eles. Cabe ressaltar que, como o objetivo de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os nomes usados são fictícios.

Mariana, 25 anos, é surda profunda, mora na sede do município, cursa 8º e 9º ano do ensino fundamental, na modalidade EJA⁴, com acompanhamento de intérprete. Conhece a Libras e faz uso da língua, porém tem pouco domínio, pois ficou um longo período sem contato frequente com surdos. Conhece muitas palavras da língua portuguesa, pois sempre assiste televisão com legenda, e tem contato diário com surdos e com a Libras na escola onde estuda. Na família, apenas o pai conhece um pouco da Libras.

Bianca, 21 anos, é surda severa, mora na zona rural do município, a três quilômetros da sede. Concluiu o ensino médio no ano de 2011. Por ter resíduo auditivo, desenvolveu a oralidade, por isso faz uso da Libras e do português. Possui bom conhecimento de língua de sinais, identifica-se como surda. Atualmente, depois que se afastou da escola, tem tido menos contato pessoal com surdos. Na família, apenas uma irmã conhece a língua de sinais, no ambiente familiar, comunicam-se oralmente.

Eduardo, 24 anos, também surdo profundo, reside no zona rural, cerca de nove quilômetros da sede. Frequentou a classe regular por um período, e atualmente está fora da escola. Tem contato com surdos, mas não com muita frequência. Conhece e faz uso da Libras. Observa-se, contudo, que usa muitos gestos para se comunicar, o que não o impede de relacionar-se com as pessoas que conhece. Eduardo, ao contrário dos demais, tem facilidade em relacionar-se com as pessoas, mesmo com a dificuldade linguística na comunicação. Na família, apenas a mãe tem noções básicas de Libras.

⁴ EJA – Educação de Jovens e Adultos

Felipe, 24 anos, surdo profundo, reside na sede do município, mais precisamente na mesma rua que Mariana. Como Eduardo, Felipe frequentou a classe especial e hoje está fora da escola. Tem contato com surdos, principalmente com Eduardo, que, de vez em quando, faz uma visita. Felipe costuma estudar Libras, por meio de vídeos, que baixa da internet, o que tem colaborado para um bom domínio da língua de sinais. Na família, duas irmãs têm noções básicas de Libras, e são ensinadas por ele mesmo.

O estudo aponta, para a necessidade de inserir os surdos na escola, mas sobretudo, para a urgência de difusão da língua de sinais no município, e outras propostas que possibilitem ao surdo ser visto pela sociedade e até mesmo pela própria família, como uma pessoa que tem potencialidades a serem desenvolvidas.

No que tange à estrutura do texto, são relatados os principais acontecimentos da história da educação dos surdos no Brasil, em concomitância à história de educação dos surdos em Candiba. Após este relato histórico, é feita uma análise dos entraves que tem dificultado o processo educacional dos surdos em questão, dialogando com alguns pesquisadores da área e com os sujeitos da pesquisa. E antes das considerações finais, é retomada a principal pergunta do estudo: o que fazer? Esta parte do texto é uma tentativa de apontar perspectivas, diante de uma realidade desafiadora.

1. Paralelo histórico entre a educação de surdos no Brasil e a educação de surdos no município de Candiba

Durante muito anos, as iniciativas de educação de surdos aconteceram apenas em instituições especiais. Com o tempo as escolas regulares começaram a receber alunos surdos, mas, na maioria das vezes, sem o compromisso de proporcionar-lhes ensino e aprendizagem de fato, é a política educacional da Integração. Essa política educacional foi regulamentada com a publicação da Política Nacional da Educação Especial (1994). O aluno é matriculado e cabe a ele adaptar-se à escola, ter as condições para acompanhar as aulas e desenvolver-se, no mesmo ritmo que os demais. Esta atitude, que ainda acontece em muitas escolas, sejam regulares, ou especiais, deve-se a crença, muitas vezes, de incapacidade do surdo.

Segundo Skliar (1997, p. 116), “a psicologia da surdez confunde a natureza biológica do déficit auditivo com a natureza social consequente ao déficit”. Este erro irá conduzir à crença de que todo problema de ordem social, cognitivo, comunicativo e linguístico do surdo está relacionado à sua natureza biológica do déficit. E assim, é atribuído ao surdo e à surdez toda e qualquer dificuldade que ocorrer no seu desenvolvimento educacional.

1.1 O começo da história em Candiba

Neste mesmo período, em que se falava em integração, os pais de alguns surdos, em Candiba, começaram a se inquietar com a educação dos filhos, afinal eles já tinham completado a idade escolar, mas por “não falar” ainda, ficavam impossibilitados de frequentar a escola. Os pais de Mariana relataram que já haviam procurado a escola regular da rede pública e conseguiram matrícula, mas como não houve rendimento, e a filha não se adaptou à escola tentaram matriculá-la numa escola particular, onde foi rejeitada. *Eu procurei uma escola para pagar. (...) “ Ah, mas sua filha é assim...” Achavam que era até doente (...) achavam que não iam saber cuidar (...) tinham razão! (...) Aí a gente foi pra Guanambi*⁵. (Pai de Mariana)

Em Guanambi, eles procuraram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e de lá foram encaminhados para a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), que, por sua vez, os orientaram a matriculá-la na classe especial do Colégio Estadual Idalice Nunes (CEIN), daquele município. O mesmo caminho seguiram também os pais de Bianca e Eduardo, e sem mesmo tentar matrícula, no próprio município, na escola regular. A mãe de Eduardo relatou que desde que o filho tinha dois anos de idade levava-o para a APAE, em Guanambi, para fazer acompanhamento com a pediatra, e por volta de 1999 o matriculou na escola regular, na classe especial. Os pais de Bianca também procuraram a APAE, e assim como os outros foram orientados a juntar-se aos demais.

De acordo com uma das professoras que atendeu esses alunos em Guanambi, estima-se que o período tenha sido de 1999 à 2002. Era uma classe especial, com uma abordagem voltada para a Comunicação Total. Estavam começando a fazer uso da língua de sinais, por isso, não tinha muito material em Libras disponível, usavam material concreto e imagens.

Juntos, os pais destes surdos começaram a enfrentar uma batalha para manter os filhos na escola. Sem apoio financeiro, para se deslocarem de um município para outro, os surdos passaram a frequentar a classe especial do CEIN pelo menos dois dias por semana.

Ia, ficava lá, pela manhã, esperando ela na escola. (...) Pagava a passagem minha e a dela. (Pai de Mariana)

Todos os dias, não! Porque a gente pagava passagem. Não tinha dinheiro (...). Foi difícil, (...) tinha hora que a gente ia mesmo porque... sei lá, a professoras incentivavam. (Mãe de Eduardo)

⁵ O município de Guanambi, que se encontra na mesma região que o município de Candiba, são vizinhos, e está distante 28 km um do outro.

No outro ano a gente matriculou ela pra ela ir mais vezes, o carro levava todos os dias. O dia que não ia, frequentava a escola daqui (escola regular). (...) Aí depois a passagem subiu muito... (Mãe de Bianca)

Sem condições de manter os filhos estudando em Guanambi, devido às dificuldades financeiras para custear o transporte, os surdos retornaram, um de cada vez, para tentar continuar os estudos em Candiba, primeiro Eduardo, depois Bianca, e por fim, Mariana.

Nesse mesmo período, era a vez de Felipe também entrar em cena, mas em um cenário diferente. A mãe dele ficou sabendo por meio de uma vizinha que existia a APAE⁶ na cidade, onde ela poderia matricular o filho. Segundo ela, o filho não gostava de frequentar a APAE, e era preciso que alguém da família o acompanhasse durante o atendimento já que ele costumava fugir da sala. Nesse período a APAE não tinha professor para atender aluno surdo, e, de acordo com a mãe, ele começou estudando junto com outros alunos.

Enquanto isso, na política nacional de educação, a Educação Inclusiva teve seu principal marco referencial com a Declaração de Salamanca, em 1994. No Brasil, o Programa da Educação Inclusiva foi criado em 2003, tendo como princípio básico “garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade” (MEC/SEESP, 2008, p. 9).

Em Candiba, os surdos procuraram retomar os estudos. Bianca, que já frequentava uma escola pública estadual, passou a frequentar diariamente. Por ter resíduo auditivo e ter desenvolvido um pouco a oralidade, os professores e a família acreditaram que ela teria condições de acompanhar as aulas. Isso significa que enquanto falava-se em Inclusão, Bianca passava pela Integração na escola regular.

Os demais surdos começaram a frequentar a APAE. Apesar de algumas informações desconstruídas nos relatos, foi possível perceber, que inicialmente os surdos ficaram junto com outros alunos na mesma sala e que eles foram chegando aos poucos. Primeiro Felipe e Eduardo e posteriormente, Mariana. É importante ressaltar que eles não frequentavam às aulas regularmente, pois não se identificavam com o ambiente, a turma, a comunicação oral usada na sala. Todavia, deve-se considerar que esses encontros, permitiram a Felipe ter contato com a língua de sinais, e contribuíram para que cultivassem o pouco da língua que aprenderam no contato com os surdos de Guanambi.

Depois de um certo período, por volta do ano de 2003, a APAE conseguiu com o poder público municipal uma professora com conhecimento de Libras para trabalhar com os

⁶ A APAE em Candiba foi fundada no ano de 1995, com o apoio da diretoria da APAE de Guanambi.

alunos. A prefeitura contratou, e os pais combinaram de custear as despesas com passagens, já que a professora, apesar de candibense, residia no município de Guanambi. Com essa contratação, os surdos passaram a ter uma sala só para eles. Depois de um ou dois anos de trabalho, porém, a professora precisou deixar o grupo e outra professora, do município de Guanambi assumiu o trabalho, e mais uma vez, os pais custearam as despesas com transporte. Bianca, que estava na classe regular, por vezes frequentava essa classe especial.

Pode-se afirmar que este foi um período importante na educação dos surdos candibenses, pois foi o único momento que estes puderam frequentar uma sala de aula, no próprio município e podendo comunicar-se em língua de sinais, ainda que, num espaço inadequado, e com todas as carências possíveis. Apesar de não ter conseguido informações por parte das professoras de como foi esse período, devido à dificuldade de comunicação, não deixa de ter sido um momento significativo nesta cronologia. Significativo e rápido. Depois de uma ano da contratação da segunda professora, o poder público não fez contrato com nenhum outro profissional capacitado para trabalhar com surdos.

Assim, Eduardo e Felipe passaram a frequentar a APAE esporadicamente, em classe diversificada de atendimento. Mariana fez algumas tentativas de inserir-se no ensino regular, mas sempre desistia, e Bianca continuou a frequentar a escola regular, às vezes sendo reprovada, outras vezes, passada de uma série para outra, mas sem a devida aprendizagem.

1.2 Um novo recomeço

No ano de 2009, Bianca, já estava bastante desestimulada a frequentar a escola, devido a falta de comunicação no ambiente, ia à escola muitas vezes forçada pelos pais. No ano seguinte, decidiram então matriculá-la de volta em Guanambi, para cursar as duas séries finais do ensino médio. Bianca foi matriculada no CEIN, mesma escola que estudou antes, no turno matutino, mas com uma nova política educacional: Inclusão. Com a presença de uma intérprete na sala de aula, Bianca pôde reaprender a língua de sinais, comunicar-se melhor, ter contato com outros surdos, compreender um pouco dos conteúdos, apesar do déficit causado pela experiência anterior, e concluir o Ensino Médio no ano de 2011.

A família de Mariana, motivada no exemplo de Bianca, em 2011 também resolveu matriculá-la de volta no CEIN. Mariana passou a frequentar a escola no período noturno, na modalidade EJA⁷, cursando a 5^a e a 6^a séries. O transporte escolar que já existia de um

⁷ EJA – Educação de Jovens e Adultos. Na educação de jovens e adultos, os alunos cursam duas séries geminadas, em um ano.

município para outro, para transportar alunos de curso universitário, que saem de Candiba para estudar em Guanambi, desta vez, facilitou essa nova etapa, tanto para Bianca, quanto para Mariana.

Em 2011, ganhou força no Brasil o Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda. Com a iminência de ter o INES transformado num centro para AEE, surdos do país inteiro se mobilizaram contra esta medida, e a favor de escolas bilíngues. Organizaram abaixo-assinado contra o fechamento do INES, recolheram propostas, a fim de organizar um documento em prol da educação de surdos, em escolas bilíngues. O movimento elaborou o documento *Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda: Propostas de Emendas Substitutivas ao Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, Plano Nacional de Educação (PNE), 2011-2020*. As emendas substitutivas foram elaboradas devido ao fato de não terem suas propostas inclusas no documento durante a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010. O documento critica a Educação Inclusiva e aponta que questões relacionadas à ensino, avaliação, profissionais qualificados, deixam a desejar, quando muitas vezes são obsoletos ou inexistentes, na maioria dos municípios brasileiros (FENEIS, 2011, p.1-2).

Além disso, pesquisadores que defendem a educação bilíngue, como Stumpf (2008), Machado (2008), Lopes e Menezes (2010), dentre outros, apontam para a diferença linguística e cultural do surdo, e que por isso deve ser respeitada, promovendo o ensino, com profissionais, preferencialmente surdos, capacitados e que façam uso de uma pedagogia surda. Stumpf (2008), sugere ainda “classes especiais que atuem como pólos para agregar alunos em situações geográficas de populações reduzidas” (p.24).

A proposta bilíngue, mesmo não apresentando condições de funcionalidade, a curto prazo, devido às carências existentes, possui um diferencial por ter sido criada pelos próprios surdos. Foram eles que perceberam o problema, analisaram e construíram proposições de acordo suas necessidades.

2. Principais entraves na educação dos surdos candibenses

2.1 Comunicação e relacionamento interpessoal

A comunicação, por ser fator essencial para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, a falta dela pode acarretar sérios problemas de desenvolvimento psicológico e social.

Conforme Vigotsky “a função primordial da linguagem, tanto nas crianças, como nos adultos, é a comunicação, o contato social”(publicação eletrônica, p. 18)

Observa-se que os surdos em questão, apesar de conhecerem a Libras, fazem pouco uso da própria língua, pois há pouco contato entre eles e na família, quase não há pessoas que conheçam a língua, o que limita a comunicação, muitas vezes, a gestos ou palavras orais. Além dos encontros esporádicos promovidos entre eles, outros momentos do grupo de contato com outros surdos e com a Libras é a visita que recebem periodicamente de surdos para fins de evangelização religiosa. Também os eventos para surdos que são promovidos uma vez no ano, como o “*Acorde para a Arte da APADA*”, que é promovido pela própria associação, em Guanambi, e o Encontro Regional de Surdos, que a cada ano é realizado num município diferente. De um modo geral, pode-se considerar que eles não têm amigos, ouvintes, que saibam língua de sinais. Apenas Mariana apontou que tem duas amigas que conhecem alguns sinais básicos da língua, e que ainda assim nem sempre conversam com elas.

É possível observar ainda que, eles não dispõem de uso pleno da língua de sinais, o que compromete fortemente a comunicação interpessoal e o relacionamento familiar e social. De acordo Skliar (1997)

A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua já que interagem cotidianamente em um processo eficaz e eficiente. (SKLIAR, 1997, p.141).

Apesar de possuírem esse elemento identificatório de que trata Skliar, os surdos candibenses não conhecem profundamente sua própria língua e também não interagem cotidianamente. Seja entre eles, ou na família o uso da língua de sinais, de um modo geral, é insuficiente, comunicam muito através de gestos e fala oral, em momentos rápidos e de necessidade. Muitas vezes, apenas para dar ou receber um comando, responder com um sim ou não. Na maioria das vezes, estão isolados, sem contato com a comunidade a qual pertencem ou elementos que façam parte dela.

O contato entre surdos é de extrema importância para a construção da identidade, é o que os fazem sentir parte de um grupo, ainda que minoritário, mas com o qual se identifica e consegue se relacionar naturalmente. A fala seguinte de Mariana, durante a entrevista, revela isto. “CRIANÇA FALAR-NÃO MUIT@ OUVINTE COLEGA EU SURD@ SOZINH@ CONHECER-NÃO FELIPE SURD@ CONHECER-NÃO” (Mariana, 25).

De acordo, Faria-Nascimento (2002), os surdos preferem relacionar-se entre si, porque isso fortalece a identidade e proporciona maior segurança. É nesse contato que eles encontram relatos de problemas e histórias semelhantes às suas (p. 41). É possível perceber na fala, que Mariana não se identificava com os colegas ouvintes, expressa sensação de isolamento e que o fato de não conhecer ninguém que fosse como ela a fazia sentir-se diferente do resto do mundo. Apesar de já ter conhecido e tido contato com surdos, essa mesma sensação de não pertencimento também foi expressa por Bianca, ao falar sobre o seu período de integração na escola regular. “PROFESSOR@ FALAR FALAR EU ENTENDER-NÃO ESCREVER. QUEM _{2s}AJUDAR_{1s}? EU SÓ CONVERSAR COLEGA POUÇ@” (Bianca, 21).

Diante da situação exposta percebe-se que estes surdos não tem uma comunicação efetiva em língua de sinais, o que tem comprometido o desenvolvimento de cada um deles bem como o desenvolvimento do grupo. A pouca comunicação tem interferido no relacionamento pessoal, familiar e social destes indivíduos.

Outro entrave que sempre esteve presente desde o início desta história, e que pode ser observado durante o relato é a omissão do poder público municipal frente ao problema. Ao que parece a educação de surdos no município, assim como a educação de jovens e crianças que sempre frequentaram a APAE, não são vistas pelo poder público local como responsabilidade sua, já que a APAE é a única instituição que atende pessoas com necessidades especiais. Com base na pesquisa realizada, a participação do município no processo educacional de surdos, tem-se caracterizado ainda como caritativo assistencialista, e não como um direito básico que deve ser reconhecido e garantido. As atitudes narradas no decorrer da pesquisa evidenciam a falta de esclarecimento ou posicionamento do poder público municipal quanto à sua função perante a situação, assumindo um papel assistencialista.

Apesar de nenhuma atitude ter sido tomada ainda, é possível que esta visão tenha mudado um pouco ao longo da história, e até já tenham feito alguma discussão a respeito do assunto, dada a repercussão que o tema educação inclusiva tem alcançado em todo o Brasil. Todavia, infelizmente, não foi possível, durante a pesquisa, tomar conhecimento, por meio da secretaria de educação, o que se discute a respeito, e que medida pretendem tomar.

Por outro lado, observa-se que também os próprios surdos e seus familiares, não têm um posicionamento conjunto frente ao problema. Os primeiros, talvez porque não tenham sido formados quanto aos seus direitos e orientados a reivindicá-los. Em relação aos pais e familiares, observa-se que eles desconhecem, ou conhecem pouco sobre educação de surdos, para que possam reivindicar. O fato dos filhos terem crescido e todo o desgaste que sempre

tiveram, tentando manter os filhos na escola, de certo modo colaboraram com o desânimo dos pais, que apesar de desejarem o melhor para seus filhos, ficam com receio, ou não sabem como agir, diante do obstáculo.

Observou-se também que, nem todos os surdos mantêm o desejo de estudar. Felipe, por exemplo, ao ser perguntado sobre o que pensa para o futuro, se gostaria de estudar, declarou que não, que não gosta. Eduardo falou logo de trabalho, que deseja continuar trabalhando nos serviços do campo, e lá conquistar seu próprio espaço. Bianca ainda tem dúvidas se deseja continuar estudando, pois acha que um curso universitário seria muito difícil. Apenas Mariana, disse que quer continuar estudando. Vale lembrar que os fatores que influenciam estas decisões, ou indecisões são diversos, mas, certamente estão relacionados às experiências histórico sociais que tiveram até aqui.

3. Considerações finais

Diante de todo esse relato, e dos entraves que foram apontados, surge a pergunta que inquieta e desafia, que em todos os momentos esteve presente na vida destes surdos e dos seus familiares, e que com esta pesquisa, surge com a mesma intensidade: O que fazer? Haveria mesmo uma resposta para esta situação? E, em que corrente política educacional esta resposta se sustentaria? Seria mesmo possível escolher uma delas e elaborar uma proposta diante das suas necessidades e das diferenças entre eles? Como se vê, há mais perguntas que respostas.

A atual situação dos surdos em Candiba aponta para dificuldade de inserção escolar destes no próprio município. E este entrave, não se deve mais aos mesmos motivos de doze ou quinze anos atrás, quando os pais procuraram a escola pela primeira vez. Os surdos cresceram, e tomaram rumos educacionais diferentes, já não têm o mesmo nível de escolaridade, e nem mesmo o desejo de estudar, por parte de alguns. Isto significa que se hoje, o município tivesse as condições para atendê-los, possivelmente ficariam em classes separadas, o que não seria vantajoso.

Todavia, é necessário proporcionar a estes surdos novos rumos, novas perspectivas, não apenas no campo educacional, mas também profissional e social. Apesar de não haver possibilidades de ensino no próprio município, estes podem se deslocar para o pólo de Guanambi, como sugere Stumpf (2008). Mariana e Bianca refizeram este caminho. É a oportunidade que têm de manter contato frequente com seus pares, sua língua e cultura.

O deslocamento deles para o município vizinho, contudo, não transfere a responsabilidade local de promover acessibilidade e oportunidade de desenvolvimento ao

surdo. A difusão da Libras no município, seja através de cursos, oficinas ou palestras, e com a presença deles, é urgente e essencial para que isso aconteça. É preciso que eles ganhem visibilidade, e tenham oportunidade de desenvolverem-se enquanto indivíduos e enquanto grupo e a família é o primeiro lugar onde estas mudanças precisam ocorrer.

Conhecer a história de Mariana, Bianca, Eduardo e Felipe, saber das dificuldades que enfrentaram, junto com seus familiares e professores, nos faz ver quão difícil foi passar por estas barreiras e entender o resultado do que são hoje. Vale ressaltar que este estudo não se encerra aqui, pois pode ser reformulado, ou ampliado. O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou conhecer a história destes surdos, e espera-se que, de fato, tenha contribuído para a construção de mais uma parte desta trajetória.

Referências

BERTUCCI, Janete L. De Oliveira. **Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) – Ênfase na elaboração de TCC de Pós-Graduação *Lato Sensu***. São Paulo: Editora Atlas, 2008

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia. **Cultura Surda e cidadania brasileira**. In. SALLES, H. M. L. *et al.* **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. vol. 1, Brasília, SEESC/MEC, 2002.

FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda: Propostas de Emendas Substitutivas ao Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, Plano Nacional de Educação (PNE), 2011-2020**. Rio de Janeiro: 2011.

LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **Inclusão de alunos surdos na escola regular**. In. Cadernos de Educação. Pelotas: maio/agosto 2010.

MACHADO, Paulo César. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In. _____. (org). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997 (p. 105-153).

STUMPF, Mariane Rossi. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética**. In: QUADROS, Ronice. *Estudos Surdos III*. Petrópolis: Arara Azul, 2008. 9p. 14 – 29).

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. In. <http://www.institutoelo.org.br>. 2002, 112p.